

Ata da VI Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2025

ATA CTJ N°	06/2025
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala de Reuniões do TJCE
Data	26/06/25
Horário	10:00 às 12:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dra. Lia Ferreira Gomes	VICE-GOV	Secretária das Mulheres
Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz	TJCE	Juíza de Direito
Dra. Mônica Kaline Barbosa de Oliveira Nobre	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Manfredo Rommel Cândido Maciel	DPCE	Defensor Público
Dr. Danilo Rafanele Motta	DHPP	Delegado da DHPP
Dra. Juliana Albuquerque Pereira	PCCE	Delegada da SEEVM
Dr. Atila Einstein de Oliveira	PEFOCE	PEFOCE
Dra. Janaina Braga	PCCE	Delegada DPGV
Catulo Hansen	Vice Gov	Vice-Governadoria
Jessica Pinheiro Camelo e Silva	TJCE	SEPLAG
Bárbara Oliveira	SEM	
Sulyane Montezuma		
Gustavo Henrique Gondim Pereira	TJCE	SETIN
Diego Xavier	TJCE	SEPLAG
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Jordana Lima Portela	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Dieyla Teixeira Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.



A reunião do Comitê Tempo de Justiça foi aberta pela Desa. Ângela, que agradeceu a presença de todos os representantes do comitê e convidados, saudando os participantes e reforçando a importância da colaboração interinstitucional para o sucesso do Programa, cujo objetivo principal é acelerar o julgamento de crimes dolosos contra a vida com autoria já esclarecida, garantindo maior eficiência na prestação jurisdicional.

Posteriormente, foi submetida à apreciação dos presentes a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, registrando-se a concordância de todos os membros do Comitê.

Em seguida, Catulo Hansen apresentou um relatório detalhado sobre o estágio atual do Programa Tempo de Justiça, destacando os resultados gerais e por Unidade Judiciária. Dos 226 processos monitorados, 54 foram finalizados, representando um avanço de 8 processos em relação ao mês anterior. Dentre esses, 47 foram concluídos em até 400 dias, com um aumento de 6 processos nesse prazo em comparação ao período anterior. No que se refere a distribuição de processos por vara, o resultado é:

- 1^a Vara do Júri: 52 processos, 9 finalizados.
- 2^a Vara do Júri: 55 processos, 8 finalizados.
- 3^a Vara do Júri: 42 processos, 13 finalizados.
- 4^a Vara do Júri: 37 processos, 13 finalizados.
- 5^a Vara do Júri: 40 processos, 10 finalizados.

Catulo apontou que houve um pequeno avanço desde a última reunião mensal. Em seguida, exibiu um painel mostrando em quais fases processuais, os processos pendentes estão distribuídos.

- Delegacia Inquérito: 3 processos.
- Delegacia Diligência: 5 processos.
- Tribunal Citação do Réu: 6 processos.
- Defesa Resposta a Acusação: 5 processos.
- Tribunal Início da Instrução: 11 processos.
- Tribunal Fim da Instrução: 28 processos.
- MP Alegações Finais: 10 processos.
- Defesa Alegações Finais: 11 processos.
- Decisão: 11 processos.
- Tribunal Recurso: 46 processos (maior concentração).
- Trânsito em Julgado: 8 processos.
- Tribunal do Júri: 24 processos.



No que se refere aos feminicídios, Catulo informou que não houve incremento desde a reunião do ano passado, mantendo-se 15 processos, dos quais 7 foram finalizados (46,67%). Em seguida, exibiu o painel referente às audiências do júri designadas, totalizando 5 processos com data marcada dentre os 24 pendentes. Alertou sobre a necessidade de agilizar a designação e realização dessas audiências para cumprir as metas até o final do ciclo atual.

A Dra. Jacinta requereu que, para fornecer os dados dos feminicídios, da forma que a Dra. Lia e a Dra. Juliana precisam, fossem apresentados de forma mais clara, em relação a Fortaleza e ao Estado do Ceará. Esclareceu-se que, desde outubro de 2024, todos os feminicídios com autoria apontada, passam a integrar o atual ciclo do programa, destacando que alguns processos podem iniciar na delegacia como feminicídio, mas posteriormente, ganham nova capitulação, saindo do programa.

Ato seguido, Jéssica apresentou um painel interno (BI) do TJCE, no sistema PED, referentes às Varas do Júri e aos feminicídios. Foi apresentada a quantidade de processos julgados e de processos pendentes de julgamento. Também foi exibido o painel com a quantidade de medidas protetivas concedidas em todo o Estado.

Catulo Hansen retomou a palavra para apresentar a prospecção de resultados, geral e por unidade judiciária, sugerindo priorizar processos em fases mais avançadas, especialmente recursos, para atingir as metas do ciclo.

Diego Xavier solicitou sugestões para padronizar o cadastro de petições pelo Ministério Público, Defensoria e Polícia Civil, visando evitar divergências de dados e preparar a migração para o PJE até o final do ano. O grupo deliberou pela expedição de ofício circular ao MP e PCCE, solicitando atenção no preenchimento das peças processuais.

A Dra. Janaína destacou que, em casos de medida protetiva, a falta de dados completos do infrator (como CPF) pode inviabilizar o cadastro, sendo necessário flexibilizar esse requisito. O Dr. Manfredo Rommel complementou que ainda há pessoas sem CPF cadastrado. Catulo Hansen exibiu um exemplo de um IP que, no painel apresentava numeração XXX/2025. Abrindo o processo, viu que, de fato, veio da delegacia com essa numeração. O Dr. Danilo Rafanelle informou que, em certo momento, houve uma mudança de servidores na Polícia Civil, que apresentou inconsistências e, para não atrasar o procedimento, foi encaminhado dessa forma, no entanto, provavelmente, em uma consulta no SIP, deve ter ganho uma nova numeração. Feita uma consulta em tempo real, confirmou-se tal informação.

Encerrando os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reafirmou o calendário de reuniões ordinárias, que continuam ocorrendo na última quinta-feira de cada mês, às 10 horas, mantendo o compromisso de acompanhamento contínuo e aprimoramento das ações do Programa.



COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Reunião com a 5ª Vara do Júri e Diretoria do Fórum, para manter o ritmo de trabalho.	Desa. Angela e Dra. Jacinta
02	Desa. Angela cobrará o trâmite dos 46 processos em grau de recurso.	Desa. Angela
03	Cobrar andamento dos processos em fases mais avançadas	Agentes de Informação
04	Convidar Michele para apresentar, na próxima reunião, o painel do PED sobre Violência Doméstica e Feminicídio	Desa. Angela e Dra. Jacinta
05	Ivo entrará em contato com o Dr. Danilo Rafanelle e Dra. Janaina para conceder o acesso ao painel do Tempo de Justiça e verificar os números em relação à Polícia Civil.	Ivo e Dr. Rafanelle
06	Dra. Monica verificará o cadastro de petições com o MP	Dra. Monica
07	Dr. Danilo verificará o cadastro de petições com a PCCE	Dr. Danilo

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **31 de julho de 2025, quinta-feira, as 10h00min, no TJCE.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.